

**5º ENCONTRO NACIONAL DA ABRI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
REDEFININDO A DIPLOMACIA NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO
PAINEL RELAÇÕES INTERNACIONAIS FORA DO EIXO: UM BALANÇO DA
EXPERIÊNCIA DE CURSOS DE RI NO INTERIOR DO BRASIL
ÁREA TEMÁTICA: ENSINO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**PAULO GUSTAVO PELLEGRINO CORRÊA, UNIFAP
TIAGO LUEDY SILVA, UNIFAP**

**ENTRE O ESTRATÉGICO E O PERIFÉRICO: ÊXITOS E DESAFIOS DA
CONSOLIDAÇÃO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**De 29 a 31 de Julho de 2015
PUC-Minas, Belo Horizonte/MG**

ENTRE O ESTRATÉGICO E O PERIFÉRICO: êxitos e desafios da consolidação do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Amapá

*Prof. Paulo Gustavo Pellegrino Correa¹
Prof. Tiago Luedy²*

A criação do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) aconteceu na esteira de dois momentos mais amplos: no processo de expansão institucional proporcionado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e na fase mais recente da terceira etapa da ampliação da oferta de bacharelados na área. De um lado observou-se a expansão substancial da quantidade de cursos de graduação na UNIFAP, e de outro viu-se a possibilidade de ofertar um curso de Relações Internacionais fora dos centros tradicionais, em um estado fronteiro da Amazônia Setentrional. Situada em uma região que limita-se internacionalmente com o Departamento Ultramarino francês (Guiana Francesa) e com o Suriname, a localização geográfica da Universidade lhe confere uma condição de espaço simultaneamente estratégico e periférico: estratégico devido a sua posição fronteiriça com um território europeu e de sua vinculação ao Platô das Guianas, caminho de integração do Brasil com o norte da América do Sul e o Caribe; e periférico em virtude da distância dos grandes centros econômicos e políticos nacionais agravada pelo isolamento decorrente da falta de interconectividade com o resto do país. Diante desse panorama, o curso de Relações Internacionais demonstrou ao mesmo tempo pertinência estratégica, mas também desafios substantivos, que vão desde a dificuldade de composição do corpo docente, com agendas de pesquisa alinhadas em torno do projeto pedagógico, até a existência de limites no campo público e falta de campo privado para absorver os novos profissionais. É nesse contexto, portanto, que o presente trabalho vai se dedicar a discutir a criação dos cursos no norte do país, onde apenas três das dez universidades federais existentes nos sete estados da região tem o curso de Relações Internacionais, mais especificamente no Amapá, onde a UNIFAP está formando sua primeira turma de internacionalistas

Palavras-chave: Relações Internacionais; Amazônia; Amapá.

¹ Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais da UNIFAP e professor do Curso de Relações Internacionais.

² Professor e membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Relações Internacionais da UNIFAP.

Introdução

O ensino de relações internacionais no Brasil teve seu início na Universidade de Brasília há mais de 40 anos, mas pode-se dizer que o interesse nacional na área é anterior a esse período. Desde a constituição do Instituto Rio Branco, nos anos 40, e fora do âmbito estatal, a partir de 1954, com a surgimento do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)³, observa-se o interesse pelas relações internacionais no país (VIEIRA, 1984).

Após a criação do curso na UNB em 1974 e a expansão para o Rio de Janeiro e São Paulo houve três períodos de crescimento na abertura de cursos de Relações Internacionais no país: na década de 90 o primeiro *boom* atingiu as instituições privadas de ensino superior, sobretudo no eixo Rio-São Paulo; o segundo *boom* aconteceu na década seguinte, com uma expansão sistemática nas universidades públicas do sudeste e do sul; o terceiro e mais recente *boom* aconteceu nas demais regiões do país, nordeste, norte e centro-oeste, e foi possível em virtude do processo de expansão institucional proporcionado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação.

A expansão do número de cursos de Relações Internacionais não está ligada apenas ao crescimento institucional de uma política de desenvolvimento da educação superior no país. Está ligada, também, ao papel cada vez mais importante desempenhado pelo Brasil no cenário internacional e ao grau cada vez mais elevado de internacionalização das questões econômicas, políticas, sociais e culturais no mundo marcado pela globalização.

As relações Internacionais fora do Eixo

Fora do eixo Brasília-Rio-São Paulo e para além das grandes universidades públicas no Sudeste e no Sul, a criação de novos cursos de Relações Internacionais na “periferia” foi resultado, então, da expansão das Universidades através do REUNI. Com a possibilidade não apenas de expandir as vagas já existentes, mas também, e especialmente, de criar novos cursos de graduação, de 2007 para cá uma série de Universidades Federais puderam ofertar o Bacharelado em Relações Internacionais no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste.

³ O prof. José Ribas Vieira, da PUC-Rio, em trabalho apresentado no 7º Encontro Nacional da ANPOCS, em 1984, diz que o IBRI é a instituição acadêmica mais antiga voltada para os estudos políticos internacionais, sendo os responsáveis pela publicação da Revista Brasileira de Política Internacional desde 1958.

Embora o lançamento do REUNI tenha sido o fator que objetivamente propiciou a criação dos novos cursos na terceira onda de expansão mencionada anteriormente, esse não pode ser visto como o único fator ou o fator preponderante, já que nem todas as Universidades Federais da “periferia” contam com um curso de graduação em Relações Internacionais. No norte do país, por exemplo, os 7 estados da região têm um total de 10 universidades federais, sendo 4 no Pará e uma em cada um dos demais estados que compõe a região norte. Dessas, apenas 3 universidades federais tem o curso de Relações Internacionais, a UFRR (Roraima), a UNIFAP (Amapá) e mais recentemente a UFT⁴ (Tocantins). Outros fatores devem ter influenciado então essas três universidades a resolver pela criação do curso de Relações Internacionais entre as suas ofertas de graduação.

Se a criação de bacharelados em Relações Internacionais tem a ver também com o papel de crescente importância que o Brasil tem desempenhado junto aos demais atores do sistema internacional, é natural que se compreenda, de imediato, o porquê da oferta de tais cursos na capital federal, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, e ao mesmo tempo que se questione os motivos que explicariam tal opção fora do eixo.

Ainda que a justificativa nas metrópoles e nos grandes centros urbanos pareça óbvia, de que em cidades com um alto grau de internacionalização econômica e uma movimentada vida internacional necessite-se de mão-de-obra qualificada para atuar nessas áreas, ela não é cabalmente suficiente. Se fosse, o estado da Bahia, por exemplo, que já tem uma vida internacional consolidada e um elevado grau de penetrabilidade econômica nos negócios internacionais, além de representações consulares e de organismos internacionais (como as Nações Unidas), bem como uma paradiplomacia desenvolvida e de alto nível tanto no âmbito estadual quanto municipal, já teria em alguma de suas Universidades Federais (três das quais, aliás, surgiram em decorrência do REUNI) o curso de graduação em Relações Internacionais.

Os questionamentos sobre os motivos que explicariam a opção pela criação de cursos de Relações Internacionais fora do eixo geralmente são respondidos com elevado foco na localização geográfica das universidades, como se isso fizesse delas um ponto estratégico onde deveria haver pessoal qualificado para tratar de questões internacionais. Mais uma vez, esse fator, apesar de importante, não deve ser visto isoladamente, pois o estado do Acre não tem o curso de RI na sua Universidade Federal e é altamente estratégico para os negócios internacionais, por ser um canal de ligação com o Oceano Pacífico através da Rodovia Interoceânica, e para a integração regional, por estar na fronteira com a Bolívia e com o Peru.

⁴ A Universidade Federal do Tocantins criou o curso de Relações Internacionais em 2015.

Fatores que caracterizam os estados como centrais ou periféricos podem influenciar na criação de cursos de Relações Internacionais, como efetivamente influenciaram no vicejar da área no Brasil, da mesma forma com que mais atualmente a localização geográfica pode apontar uma Universidade como espaço estratégico (ou não) para que seja criado um curso de RI. Isso significa dizer que é possível que um estado seja considerado periférico, mas ainda assim possa ofertar uma graduação em Relações Internacionais em sua Universidade Federal. O surgimento do curso de RI na UNIFAP aconteceu em grande medida por que o estado do Amapá, embora periférico, seja visto como estratégico.

As Relações Internacionais na UNIFAP: potencialidades e desafios na região amazônica

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) está localizada na Amazônia setentrional, em um estado limitado internacionalmente através dos municípios de Oiapoque e Laranjal do Jari com a Unidade Ultramarina francesa (Guiana Francesa) e o Suriname, respectivamente. Esse espaço compõe uma tríplice fronteira que apesar de sua baixa interconectividade, confere à região uma característica naturalmente internacionalizada por sua geografia e história.

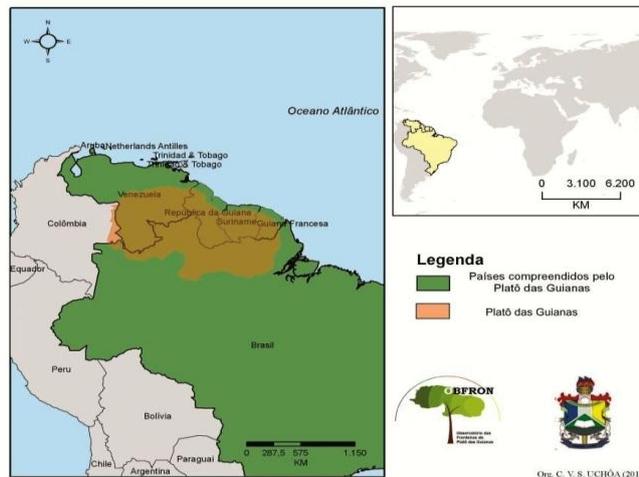
O território que a UNIFAP atende é marcado pela sua localização periférica em relação aos grandes centros do Brasil e, ao mesmo tempo, estratégica por seus recursos naturais abundantes e por ser o caminho de integração do Brasil com o norte da América do Sul e com o Caribe. A distância dos grandes centros econômicos e políticos nacionais, agravada pelo isolamento decorrente da falta de interconectividade do estado com o resto do país⁵ e a difícil logística interna, foram fatores que dificultaram a percepção de importância estratégica do estado para as relações internacionais.

Mesmo com um longo histórico de relacionamento externo com a Guiana Francesa e alguma tradição de contato com o Suriname, a baixíssima institucionalização desse contato externo e a mão-de-obra pouca especializada não favoreceram o desenvolvimento das relações internacionais em um estado com uma composição populacional marcada pela forte presença de comunidades caboclas ribeirinhas e povos indígenas de diferentes etnias ocupando território fronteiro entre os países que formam o Platô das Guianas⁶.

⁵ A capital amapaense, Macapá, é a única que não tem ligação terrestre com outros capitais no Brasil.

⁶ O Platô das Guianas, como mostra a figura 1, é um espaço composto por territórios do Brasil, da França, de Suriname, da Guiana e da Venezuela.

Figura 1: Platô das Guianas



Fonte: CORRÊA, 2014.

O Platô das Guianas é caracterizado socioculturalmente por uma identidade amazônico-caribenha (PROCÓPIO, 2007) e dentro do processo de integração regional da América do Sul continua distante dos demais países da região. Entretanto, justamente por se encontrar dentro da Amazônia Transnacional e estar situado no caminho para o Caribe, região de interesse estratégico para o Brasil, o Platô das Guianas apresenta-se como fronteira no processo de integração regional e potencial elo entre diferentes iniciativas regionais, como o MERCOSUL, o CARICOM e a União Europeia.

Essas características do estado do Amapá que colocam a internacionalidade como um elemento intrínseco da região fazem com que a UNIFAP esteja inserida em um cenário cuja importância do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na área de relações internacionais atenda a expectativas de caráter local, regional e internacional – e sejam fundamentais no processo de expansão do ensino superior na região Norte do Brasil.

Entretanto, as potencialidades da internacionalidade intrínseca da região e de sua localização geográfica estratégica enfrentam numerosos e substantivos desafios para a consolidação não apenas do curso de Relações Internacionais na UNIFAP, mas também de um espaço propício para a atuação do futuro internacionalista amapaense, desde a própria concepção do Projeto Pedagógico do Curso até a existência de limites no campo público e falta de campo privado para absorver os novos profissionais.

O curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá foi criado em 29 de setembro de 2010 através da Resolução 018/2010 do CONSU/UNIFAP, tendo a primeira turma ingressado em 2011 e colado grau em 2015. Trata-se, com efeito, de um curso

jovem, de apenas 5 anos incompletos de existência e somente uma turma formada até o momento. A expectativa local de formar bacharéis capazes de prover acompanhamento qualificado às questões externas do estado ou atuar na política externa brasileira parece estar em consonância com o que escreveu o professor Antônio Carlos Lessa, em um capítulo do livro “O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil” (2005), quando explicita as intenções que levaram à criação do curso na UNB (lá REL, aqui RI) em 1974. Isso nos leva à conclusão de que parte da justificativa para a criação dos cursos de graduação em Relações Internacionais no país, desde a iniciativa pioneira até as recentes propostas, filhas do REUNI, têm um denominador comum.

Se as justificativas para a criação do curso podem se assemelhar nas diferentes instituições de ensino superior do país também deve ser possível delinear pontos comuns de dificuldades para a consolidação das Relações Internacionais tanto no “centro” quanto na “periferia”, como por exemplo a falta de diretrizes unificadas em relação ao ensino⁷. Entretanto, interessa-nos, particularmente, os problemas na “periferia”: dificuldades dos alunos com a empregabilidade (tanto em relação a estágios quanto depois de formados)⁸, considerável índice de evasão no primeiro ano de curso e a falta de professores formados na área parecem ser questões comuns encontradas em muitas Universidades públicas e privadas que oferecem graduação em RI. Na região amazônica os desafios são ainda maiores.

Sobre o mercado de trabalho para os egressos do curso no estado há dois grandes gargalos: os limites de absorção de profissionais pelo campo público que não conta com secretarias ou assessorias de relações internacionais e a escassa existência de um mundo corporativo capaz de aproveitar o capital humano formado. Esses entraves fazem com que os profissionais da área tenham dificuldade de colocação no mercado, o que pode causar uma fuga dos profissionais formados no Amapá para outras unidades da federação. Outro ponto negativo é a cultura de concursos e empregos públicos predominante na sociedade amapaense que faz com que um número de vagas do curso seja ocupado por pessoas que veem na formação superior apenas um caminho para o ingresso na carreira pública via concurso – e isso além de gerar grande evasão dificulta a percepção da área pelos próprios acadêmicos.

⁷ Desde seu início nas Universidades Brasileiras o curso de Relações Internacionais é caracterizado pela multidisciplinaridade e não havendo (até hoje, inclusive) diretrizes nacionais consolidadas as características curriculares espelham a formação e os interesses de pesquisa do corpo docente da Universidade que oferta o curso.

⁸ Esse é um problema que segundo a professora Monica Herz (2002) não afeta tão fortemente os egressos das Universidades do Eixo, onde a ampliação do mercado de trabalho (em secretarias/assessorias internacionais, órgãos públicos, instituições privadas, organizações não governamentais e OIs) favoreceu o crescimento da área de Relações Internacionais.

O conhecimento de língua inglesa, ainda que não seja obrigatório na maioria dos cursos pelo país, não obstante deveras necessário, é um obstáculo no Amapá: as poucas pessoas bilíngues do estado falam francês em virtude da aproximação com a Guiana Francesa, e não inglês.

Talvez uma das maiores dificuldades encontradas tenha sido a composição do corpo docente. Atrair acadêmicos com qualificação na área e agendas de pesquisa alinhadas em torno do projeto pedagógico do curso não foi algo fácil de se conseguir em um estado com baixo nível de desenvolvimento se comparado com os estados centrais da nação. Mesmo assim, 75% dos professores do curso de RI da UNIFAP tem pós-graduação stricto sensu (50% de professores com Mestrado e 25% com Doutorado) e um terço do quadro permanente são graduados na área, como mostra o quadro abaixo:

DOCENTE	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Ana Cristina de Paula Maués Soares	Ciências Sociais		Sociologia	Ciências Sociais
Andreia Jayme Batista	Letras Espanhol	Pedagogia		
Camila Soares Lippi	Direito Relações Internacionais		Direito	
Gutemberg de Vilhena Silva	Geografia		Geografia	Geografia
Ioneida do Socorro Cavalcanti da Cunha	Direito	Relações Internacionais	Relações Internacionais	
Izabel Cristina Brum Dias	Letras	Língua Inglesa	Tradução (em andamento)	
Lourene Cássia de Alexandre Maffra	Relações Internacionais		Integração da América Latina	
Marcos Vinicius de Freitas Reis	História		Ciência Política	Sociologia (em andamento)
Paula de Carvalho Bastone	História Relações Internacionais		Estudos Globais	
Paulo Gustavo Pellegrino Côrrea	Ciências Sociais		Ciência Política	Ciência Política
Rosilene de Oliveira Furtado	Economia	Elaboração e Análise de Projetos Língua Inglesa	Desenvolvimento Regional	
Tiago Luedy Silva	Relações Internacionais	Relações Internacionais		

Um ponto positivo conseguido com essa formação docente é ter as matérias na área de Direito e História, por exemplo, ensinadas por professoras formadas tanto nessas áreas específicas quanto em Relações Internacionais, o que garante ao corpo discente um olhar internacionalista sobre todos os debates promovidos no curso. A mesma coisa acontece com as disciplinas de Introdução e Teoria das Relações Internacionais e do eixo de Cooperação e Integração, que também são ensinadas por professores formados em RI.

Seja com corpo docente ou qualquer outra coisa, as dificuldades para a consolidação do curso de Relações Internacionais impostas a cada realidade local geralmente são diagnosticadas no processo de criação do curso ou nos primeiros anos de seu funcionamento. As alternativas de desenvolvimento quando não figuram no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) são incluídas nas suas alterações posteriores, uma vez que esse documento deve ser dinâmico e não deve estar desconectado da realidade local e regional.

A adequação do PPC à realidade local e regional

Quando um curso é criado a partir de outro, é comum que o curso nascente assuma características fortes de seu “progenitor”. Muitas graduações em Relações Internacionais foram criadas a partir dos cursos de Direito, História, Economia ou Ciências Sociais. Entretanto, mesmo a UNIFAP tendo todos esses cursos, à exceção de Economia, o curso de Relações Internacionais é oriundo do curso de Letras. Isso explica algumas de suas características iniciais, hoje em transformação, como por exemplo a existência de um módulo obrigatório de idiomas com carga horária total de 360 horas. Explica também a existência de professores com formação em Letras dentro do Colegiado de Relações Internacionais.

Foi justamente pensando na realidade local que o curso começou com uma matriz curricular que incluía disciplinas de Inglês e de Espanhol, para dar conta do desconhecimento em língua inglesa (mencionada anteriormente) e espanhola (importante para o fomento da integração sul-americana), e sem cobrar a obrigatoriedade de fazer estágio supervisionado, em virtude das poucas oportunidades de trabalho na área quando da criação do curso.

A primeira reforma da matriz curricular corrigiu os desacertos diagnosticados nos primeiros anos, muitos dos quais advindos da forma com que o curso foi criado, e deixou a graduação em RI da UNIFAP estruturada de forma a contemplar os pontos mínimos propostos pela ABRI em meados de 2013 para as Diretrizes Curriculares Nacionais, diante da inexistência de diretrizes nacionais consolidadas pelo Ministério da Educação.

Essa mudança, todavia, não fez com que o módulo de temas regionais, um dos pilares da matriz curricular, ganhasse importância. O curso continuou com apenas uma matéria voltada para as questões amazônicas, a disciplina Relações Internacionais e Amazônia. Pouco se observa no PPC sobre a Amazônia Transnacional e nada sobre o Platô das Guianas⁹.

Assim se encontra a matriz curricular do curso hoje:

Semestre	Disciplina	CH	Crédito	Pré-Requisito
1º	História das Relações Internacionais I	60	4	-
	Português Diplomático	60	4	-
	Filosofia	60	4	-
	Língua Espanhola I	60	4	-
	Introdução às Relações Internacionais	60	4	-
	Introdução a Economia e História do Pensamento Econômico	60	4	-
	Língua Inglesa I	60	4	-
Total		420	28	
Semestre	Disciplina	CH	Crédito	Pré-Requisito
2º	História das Relações Internacionais II	60	4	-
	Fundamentos metodológicos científicos	60	4	-
	Política I	60	4	-
	Língua Espanhola II	60	4	-
	Teoria de Relações Internacionais I	60	4	-
	Análise Macroeconômica	60	4	-
	Língua Inglesa II	60	4	-
Total		420	28	
Semestre	Disciplina	CH	Crédito	Pré-Requisito
3º	Política Externa Brasileira I	60	4	-
	Política II	60	4	-
	Língua Espanhola III	60	4	-
	Teoria de Relações Internacionais II	60	4	-
	Economia Internacional	60	4	-
	Estatística e métodos quantitativos	60	4	-
	Língua Inglesa III	60	4	-
Total		420	28	

⁹ Mesmo não havendo matérias específicas para tratar desses temas, discussões sobre cooperação amazônica, integração no Platô das Guianas e internacionalização para o desenvolvimento são temas presentes nos planos de aula de alguns professores do curso.

Semestre	Disciplina	CH	Crédito	Pré-Requisito
4°	Análise do Sistema Internacional	60	4	-
	Política Externa Brasileira II	60	4	-
	Finanças Internacionais	60	4	-
	Sociologia das Relações Internacionais	60	4	-
	RI e Amazônia	60	4	-
Total		300	20	
Semestre	Disciplina	CH	Crédito	Pré-Requisito
5°	Organizações Internacionais	60	4	-
	Teoria Geral do Estado	60	4	-
	Economia Brasileira	60	4	-
	Antropologia	60	4	-
	RI e Meio Ambiente	60	4	-
Total		300	20	
Semestre	Disciplina	CH	Crédito	Pré-Requisito
6°	Geografia Política	60	4	-
	Direito Constitucional	60	4	-
	Comércio Exterior e Negócios Internacionais	60	4	-
	História do Pensamento Brasileiro	60	4	-
	Cooperação Internacional	60	4	-
Total		300	20	
Semestre	Disciplina	CH	Crédito	Pré-Requisito
7°	Política Internacional	60	4	-
	Direito Internacional Público	60	4	-
	Integração Regional	60	4	-
	Pesquisa em Relações Internacionais	60	4	-
Total		240	16	
Semestre	Disciplina	CH	Crédito	Pré-Requisito
8°	Segurança Internacional	60	4	-
	Direito Internacional Privado	60	4	-
	TCC	60	4	-
	Elaboração e Análise de Projetos Internacionais	60	4	-
Total		240	16	
Total Geral		2640	176	

Além dessas 2.640 horas de componentes curriculares básicos os alunos ainda devem cumprir com 16 créditos de disciplinas optativas (240 horas) e 210 horas de atividades complementares, além do estágio supervisionado, cuja carga horária está em discussão.

Atualmente o PPC passa por uma reforma que visa acrescentar disciplinas na área de internacionalização para o desenvolvimento e matérias que permitam um olhar mais atencioso sobre a realidade latino-americana e amazônica. As alterações buscarão contemplar a formação de um internacionalista dialogue com seus pares em todo o Brasil, mas que tenha capacidade analítica e de intervenção na realidade da Amazônia Transnacional. Dessa forma, o PPC de RI da UNIFAP não apenas acolherá aquela perspectiva geral de atender às demandas externas do estado e do país como também acrescentará a necessidade de dar conta dos principais desafios na região amazônica.

Um olhar local da gestão: a internacionalização da UNIFAP

A UNIFAP apresenta atualmente um baixo nível de internacionalização. No que tange a mobilidade internacional, os números de alunos internacionais dentro da Universidade Federal do Amapá são baixos. O número de alunos da UNIFAP em instituições estrangeiras é também pouco expressivo, inclusive dentro do programa Ciência sem Fronteiras e esses números não se tornam mais expressivos na categoria de docentes. A falta de ofertas sistemáticas de cursos em outros idiomas, a ausência de uma estrutura de recepção de alunos e professores internacionais, além da insuficiência na promoção institucional de mobilidade e recepção de acadêmicos internacionais são elementos que compõem um quadro de baixa internacionalização em casa.

Entre os obstáculos a serem enfrentados para a internacionalização da UNIFAP, destacam-se:

- Desconhecimento da ideia de internacionalização ou baixa importância a ela atribuída;
- Falta de uma cultura internacional dentro da própria universidade;
- Baixo número de alunos e professores bilíngues;
- Baixo número de alunos internacionais na casa.

Entretanto, essa situação diagnosticada vem mudando muito rapidamente nos últimos dois anos. Desde 2013 o número de professores dobrou e muitos dos novos contratados vieram com experiências internacionais, aumentando assim a quantidade de atividades acadêmicas de cunho internacional e a necessidade de institucionalizar as relações internacionais da Universidade. A criação da Pró-Reitoria de Cooperação e Relações

Interinstitucionais (PROCRI), em 2013, é um exemplo disso: a PROCRI passou a ser o setor responsável pelo processo de internacionalização da UNIFAP.

Glaucius Oliva, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) e antigo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹⁰, afirma que *“Se pudesse singularizar um item que precisa ser incentivado, seria a internacionalização. É isso que vai trazer no seu bojo todo o resto”*. Na esteira desse pensamento, a nova gestão da UNIFAP que teve início no segundo semestre de 2014 inseriu a internacionalização da instituição como parte da plataforma estratégica no processo de fortalecimento institucional, inclusive inserindo de forma sólida esse processo no Plano de Desenvolvimento Institucional que se encontra em estágio de reformulação.

A busca de aproximação com os grandes centros de pesquisa do mundo é uma constante ação do processo de internacionalização. Os centros de excelência são espaços fundamentais para que a comunidade acadêmica – técnicos, alunos e professores – possa buscar aperfeiçoamento constante. Dessa forma, a busca pela criação de laços com grandes universidades é parte intrínseca de projeto de internacionalização da UNIFAP. Mas não é esse o único foco: como o Platô das Guianas tem um elevado valor estratégico, a busca de parcerias institucionais para desenvolver a internacionalização passa naturalmente pela criação de laços também com as Universidades da região do platô.

À exceção da Venezuela, todos os territórios do Platô das Guianas estão inseridos completamente dentro da Amazônia Transnacional e são justamente o caminho natural que liga o Brasil ao Caribe, área de grande interesse nacional da política externa brasileira contemporânea, ainda que pouco explorada. A relação com a Amazônia Caribenha pode ser a plataforma de projeção técnica, científica e comercial do Brasil ao Caribe. Entende-se, com efeito, que esse entorno geográfico apresenta grande potencial para a construção de uma internacionalização profícua e diferenciada para Universidade Federal do Amapá.

No bojo desse processo, o curso de Relações Internacionais tende a ganhar contornos mais sólidos em sua pertinência, ampliando sua capacidade de influência nos demais setores da UNIFAP e, quiçá, no estado do Amapá.

¹⁰ <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,isolamento-afasta-universidades-do-brasil-das-tops-imp-,1085108>

Considerações finais

Os desafios na consolidação de um curso de Relações Internacionais em um estado no meio da Amazônia e distante dos grandes centros são substantivos. A mencionada dificuldade de atração de profissionais qualificados, a predominante cultura do serviço público, a baixa institucionalização das relações externas do estado e a baixa presença do mundo corporativo são alguns dos obstáculos enfrentados na solidificação do curso de RI no Amapá.

Entretanto, as potencialidades mencionadas para o desenvolvimento do curso de Relações Internacionais, como a possibilidade de formar profissionais capazes de atender as demandas externas de um estado que estrategicamente precisa negociar além-fronteiras, além de oferecer um olhar diferenciado para a região, demonstram forças suficientes para a solidificação do curso de RI na UNIFAP.

A consolidação de uma identidade para o curso através da reformulação do seu PPC nas diretrizes mencionadas neste artigo é um processo em curso e deve durar algum tempo, coincidindo com o amadurecimento dos jovens professores que conduzem o curso. O aprofundamento das linhas de pesquisa do corpo docente em temáticas regionais, a inserção de novas disciplinas obrigatórias e optativas, a aproximação do curso com diferentes segmentos fora dos muros da Universidade e a valorização institucional da internacionalização são algumas variáveis importantes que conduzirão a consolidação de um curso de Relações Internacionais no extremo norte do Brasil.

REFERÊNCIAS

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. As iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos e o papel do Brasil neste contexto. 2014. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

ESCOBAR, Herton. Isolamento afasta universidades brasileiras das tops. **O Estadão**. São Paulo, p. 1-1. 01 out. 2013. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,isolamento-afasta-universidades-do-brasil-das-tops-imp-,1085108>>. Acesso em: 01 out. 2013.

HERZ, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. *Contexto internacional*, v. 24, n. 1, pp. 7-40, 2002.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva; CERVO, Amado Luiz. O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), pp. 33-50, 2005.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Sociologia e Política*, v. 12, n. 1, pp. 83-98, 1999.

_____. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 1, pp. 103-114, 2003.

PROCOPIO, Argemiro. A Amazônia Caribenha. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2007, vol.50, n.2, pp. 97-117. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200007&lng=en&nrm=iso Acesso em: 13 jun 2015.

VIEIRA, José Ribas. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. Trabalho apresentado no 7º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1984.